

Setor público terá regras mais duras para gastos com pessoal

Vai a sanção presidencial projeto que reduz de 60% para 50% o limite das despesas da União com o funcionalismo. Repasse de recursos federais será suspenso para estados e municípios que descumprirem as novas determinações

CPI DO JUDICIÁRIO

Denúncia envolve juiz com tráfico de crianças

Três depoimentos tomados ontem pelos senadores revelaram o esquema de adoção e tráfico irregular de crianças existente em Jundiá (SP). O advogado Marco Antônio Colagrossi acusou o juiz Luiz Beethoven Giffone Ferreira de participação nas irregularidades, que têm como objetivo central enviar menores para adoção por casais estrangeiros.

Cristiane Lopes, 23 anos, contou que seu filho Leonardo foi arrancado de suas mãos ainda na maternidade. Maria Aparecida Sales foi afastada de três filhos, que hoje vivem na Itália.

PÁGINAS 4 E 5



Maria Aparecida, Colagrossi e Cristiane: entre 92 e 98, foram realizadas em Jundiá 484 adoções, das quais 204 por pessoas estrangeiras

O Senado aprovou, com 54 votos a favor e 14 contra, projeto de lei que torna mais rígidas as normas que disciplinam os gastos de pessoal no setor público. O projeto, que vai agora a sanção presidencial, reduz de 60% para 50% o limite para despesas com o pessoal da União. Ele estabelece, para estados e municípios que excederem o limite de 60% de comprometimento da receita com a folha, punições que incluem a suspensão dos repasses federais.

PÁGINA 3

Plenário vota hoje fim do teto para juros

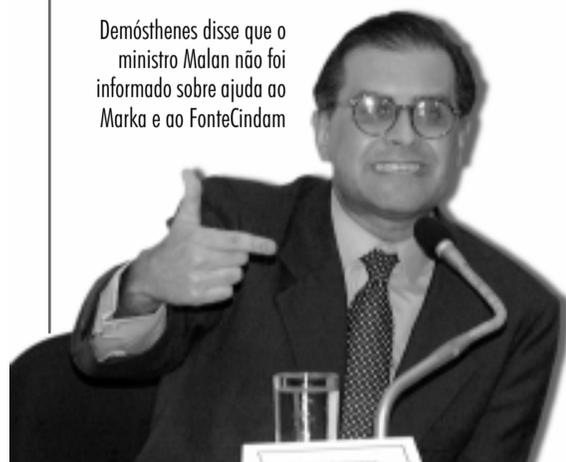
Será votada hoje, em primeiro turno, emenda que acaba com o teto constitucional de 12% para os juros.

PÁGINA 2

CPI DO SISTEMA FINANCEIRO

Ex-diretor do BC diz que país esteve perto da moratória

Demóstenes disse que o ministro Malan não foi informado sobre ajuda ao Marka e ao FonteCindam



O ex-diretor da área externa do Banco Central (BC) Demóstenes Madureira de Pinho Neto foi enfático ao defender, em depoimento prestado ontem, as operações de socorro aos bancos Marka e FonteCindam. Segundo ele, elas foram fundamentais para evitar que o Brasil declarasse moratória e perdesse entre US\$ 70 bilhões e US\$ 140 bilhões.

PÁGINA 7



O presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, passa em revista as tropas antes de almoçar com o ministro da Marinha, almirante Sérgio Góes Chagasteles

PÁGINA 3

Senado vota emenda que acaba com limite para juros

Proposta do senador licenciado José Serra altera dispositivos da Constituição sobre o sistema financeiro nacional

O plenário do Senado deve votar hoje, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional do senador licenciado José Serra (PSDB-SP) que altera dispositivos sobre o sistema financeiro nacional, revogando inclusive o que fixa em 12% a taxa máxima de juros reais cobrados no Brasil.

A proposta determina a revogação sumária do artigo 192, mas o relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM) defende um parecer que altera a redação, embora também acabe com o limite de 12% anual para a taxa de juros. O relator mantém a exigência de que o sistema financeiro nacional só



A emenda que elimina do texto constitucional o limite de 12% ao ano para os juros deve ser votada hoje pelo plenário

pode ser regulamentado por lei complementar.

O plenário deverá também deliberar sobre três mensagens presidenciais submetendo nomes de diplomatas

para serem embaixadores do Brasil no Gabão, Nigéria e Índia. Serão ainda examinados requerimentos solicitando a tramitação conjunta de projetos que tratam do mesmo assunto.

CCJ examina projetos da reforma política

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado reúne-se hoje para examinar alguns projetos da reforma política. Entre eles, está a iniciativa do senador José Agripino (PFL-RN) que veda aos partidos que não tenham caráter nacional o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão. O relator da matéria é o senador Edison Lobão (PFL-MA), que apresentou parecer favorável, com duas emendas de redação.

Também deverá ser examinado projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que altera a Lei dos Partidos Políticos, ampliando de dois para quatro anos o tempo exigido de filiação à legenda para que o eleitor possa candidatar-se a cargo eletivo. O parlamentar alega que a disciplina partidária exige que haja um mínimo de identidade e estabilidade na relação entre o candidato e seu partido. O relator da matéria, Sérgio Machado (PSDB-CE), tem parecer favorável.

Outro item da reforma política sujeito a deliberação é a proposta de emenda constitucional do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que suprime a reeleição para prefeitos. O parlamentar considera fundamental que o Legislativo as-

suma a responsabilidade de fazer essa mudança, a fim de vedar a reeleição dos prefeitos e obrigar aquele que pretender se candidatar novamente a se afastar do cargo no mínimo seis meses antes do término do seu mandato. O parecer do relator, Jefferson Péres (PDT-AM), é pela aprovação.

A comissão deverá examinar ainda projeto do senador Sérgio Machado que proíbe coligações nas eleições proporcionais. Nas eleições majoritárias elas continuarão sendo permitidas, visto que, conforme o parlamentar, nesses pleitos se tem em vista a garantia de representação das diversas correntes de opinião da sociedade, ainda que minoritárias. Relator do projeto, o senador Edison Lobão tem parecer favorável.

Também aguardam deliberação as emendas de plenário ao projeto de lei da Câmara que regula a exoneração de servidor público estável quando há excesso de despesas com cargos públicos. O projeto veio do Executivo e dispõe que o critério geral para a identificação dos servidores estáveis a serem desligados levará em conta o seguinte: menor tempo de serviço, maior remuneração e menor idade. O senador Francelino Pereira (PFL-MG) tem parecer contrário às emendas de plenário.

Comissões debatem futuro de Furnas

As comissões de Fiscalização e Controle e de Serviços de Infra-Estrutura reúnem-se hoje, às 18h, em audiência pública, para discutir o processo de cisão e privatização de Furnas Centrais Elétricas. As comissões são presididas pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR) e pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS).

Estão convidados Firmino Sampaio Neto, presidente da Eletrobrás; Celso Ferreira, presidente interino de Furnas; Marco Antonio Abreu, subsecretário de Energia do Rio de Janeiro; Paulino Cícero, secretário de Energia de Minas Gerais; Bráulio Afonso Moraes, secretário de Energia de Goiás; Luís Laércio Machado, ex-presidente de Furnas; e Luiz Pinguelli Rosa, representante dos urbanitários do Rio.

CAS avalia trabalho em terminais de vídeo

Sob a presidência do senador Osmar Dias (PSDB-PR), a Comissão de Assuntos Sociais reúne-se hoje, às 9h. Na pauta figura projeto da Câmara que dispõe sobre a jornada de trabalho e as condições ambientais dos profissionais que operam continuamente em terminais de vídeo.

Serão examinados projetos para a criação do Conselho de Assistência Social aos Trabalhadores da Agroindústria Canavieira e para a criação do Dia Nacional de Vacinação na Terceira Idade.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 11h30 - Recebe embaixadores do grupo africano acreditados no Brasil
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (sistema financeiro nacional); *Mensagem nº 246/98, que submete à deliberação do Senado a escolha de Sérgio Seabra de Noronha, ministro de primeira classe do quadro especial da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Gabonesa; *Mensagem nº 58/99, que submete à deliberação do Senado a escolha de Carlos Alfredo Pinto da Silva, ministro de segunda classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria, e cumulativamente junto à República do Benin, República do Níger e República Togolesa; *Mensagem nº 102/99, que submete à apreciação do Senado a escolha de Vera Lúcia Barrovin Crivano Machado para exercer a função de embaixadora do Brasil junto à Índia e, cumulativamente, junto à República do Sri Lanka, à República das Maldivas e ao Reino do Nepal; *Requerimento nº 184, do senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 231/99, Complementar, de sua autoria, que dispõe sobre reajuste do saldo devedor dos contratos habitacionais do Sistema Financeiro de Habitação - SFH; *Requerimento nº 186/99, do senador Osmar Dias, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos PLS nºs 198 e 122/99, por versarem sobre a utilização do FGTS para o pagamento de anuidades do ensino médio e cursos superior e universitário de graduação; e *Requerimento nº 190/99, do senador Sérgio Machado, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 83/99, de sua autoria, que altera o art. 18 da Lei nº 9.096, de 19/9/95, fixando em quatro anos o prazo mínimo de filiação partidária para o registro de candidatura às eleições de eleitor que mudar de partido.

COMISSÕES

- ▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: *PLC nº 59/95, que altera dispositivos da Lei nº 4.870, de 1/12/65, para a criação do conselho de assistência social aos trabalhadores da agroindústria canavieira (cana-de-açúcar, álcool e açúcar); *PLC nº 101/95, que dispõe sobre a jornada de trabalho e outros aspectos referentes à organização do trabalho e das condições ambientais dos trabalhadores que realizam suas atividades continuamente em terminais de vídeo; *PLS nº 54/99, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defesa; *PLS nº 78/99 (decisão terminativa), que dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para quitação de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais; *PLS nº 112/99, que altera a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social, estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma; *PLS nº 132/99 (decisão terminativa), que altera o art. 39 da Lei nº 4.886/95, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos; *PLS nº 195/99 (decisão terminativa), que dispõe sobre o uso da talidomida; *PLC nº 54/96, que regulamenta o exercício da profissão de classificador de produtos vegetais a que se referem as Leis nºs 5.025/96, e 6.305/75; *PLC nº 63/97, que dispõe sobre as condições e funcionamento de serviços de saúde para as populações indígenas; *PLC nº 49/98, que cria o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade e o Programa de Vacinação em Pessoas que Alcançaram a Terceira Idade, Internadas ou Recolhidas em Instituições Geriátricas; *PLC nº 50/98, que acrescenta dispositivos ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); *PLC nº 57/98, que dispõe sobre a criação e o funcionamento de cooperativas sociais, visando à integração social dos cidadãos; *Diversos nº 20/98, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 445/98, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, adotada pelo Tribunal de Contas da União, sobre auditoria realizada no FGTS. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*
- ▶ 10h - CPI do Judiciário
Pauta: Depoimento do superintendente da Polícia Federal/PB, Antônio Flávio Toscano Moura. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
- ▶ 10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PLC nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesas; *PLS nº 178/99, que altera a Lei nº 4.737, de 15/7/65, que institui o Código Eleitoral, e a Lei nº 9.504, de 20/9/97, que estabelece normas para as eleições, a fim de proibir coligações nas eleições proporcionais; *PLS nº 180/99, que altera a redação dos arts. 41 e 48 da Lei nº 9.096/95 e do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.504/97, revoga o art. 57 da Lei nº 9.096/95, a fim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão dos partidos que não tenham caráter nacional; *PLS nº 187/99, que modifica a Lei nº 9.096, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; *PEC nº 10/99, que dá nova redação ao § 5º do art. 14 da Constituição federal, suprimindo a reeleição para prefeitos e prevenindo a desincompatibilização nos outros casos; *PLS nº 57/99, que altera o art. 150 da Lei nº 4.737 de 15/7/65, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico; *PLC nº 7/99, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN; *PLC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935, de 18/11/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro; *PR nº 39/99, que convalida os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas resoluções nº 44/98 e 45/98, do Senado Federal e fixa critérios para a renovação das obrigações financeiras vincendas; e *PLS nº 124/99, que estabelece normas de acesso ao Sifaí - Sistema de Administração Financeira, e outros sistemas de informações de órgãos públicos. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aprovado limite de gastos com salários de servidores

Projeto, que altera a Lei Camata e regulamenta reforma administrativa, proíbe concessão de vantagens a funcionários públicos da União, dos estados e dos municípios enquanto despesa com folha de pagamento exceder percentuais fixados

Com 54 votos favoráveis e 14 contrários, o plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei complementar que disciplina os limites de gastos com pessoal da União, estados, municípios e Distrito Federal. Os poderes Legislativo e Judiciário são considerados "solidários" no cumprimento dos limites fixados, sujeitando-se a eventuais reduções de suas despesas totais com pessoal.

O projeto, já aprovado pela Câmara, altera a Lei Camata – reduzindo os limites de despesas com pessoal da União de 60% para 50% e estabelecendo sanções por seu não-cumprimento – e regulamenta a emenda constitucional que instituiu a reforma administrativa. A matéria será enviada agora à sanção.

LIMITE

Conforme o projeto aprovado, a União deverá limitar a 50% da receita corrente líquida federal (somatório das receitas tributárias, das contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, e das transferências correntes) as despesas totais com pessoal (inclui gastos com ativos, inativos e pensionistas, excetuados os gastos com indenizações por demissões, inclusive as voluntárias). Para estados e municípios continuará em vigência o percentual de 60% das respectivas receitas correntes líquidas estabelecido na Lei Camata.

Segundo destacou o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o projeto na prática concede mais dois anos para que estados, municípios e Distrito Federal adap-

tem suas despesas ao limite de 60%. Frente a argumentos de parlamentares do Bloco Oposição, de que o projeto de lei complementar resultará em demissões em massa, o relator se disse "tranquilo" de que isso não ocorrerá.

ADAPTAÇÃO

As entidades federadas deverão se adaptar aos novos limites à razão de dois terços do excesso de pessoal no primeiro ano subsequente à aprovação do projeto e de um terço no segundo ano. Verificada a existência de excesso de despesas, União, estados e municípios ficarão proibidos de conceder vantagens ou aumentos salariais, de criar cargos ou alterar a estrutura de carreiras e de efetuar novas admissões. As medidas atingem órgãos e entidades da administração direta e indireta mantidos pelos respectivos poderes públicos.

No caso de descumprimento do cronograma de ajuste das despesas com pessoal, o projeto prevê a suspensão do repasse de recursos federais e estaduais e a proibição de realizar operação de crédito junto a instituições financeiras federais. A União, por sua vez, não poderá conceder garantia a operações de crédito junto a instituições financeiras federais.

As providências a serem adotadas pelos entes estatais com excesso de pessoal, conforme o projeto, serão graduativas, aplicadas consecutivamente até que o limite seja atingido: redução dos cargos em comissão e das funções de confiança em pelo menos 20%; exoneração de servidores não-estáveis; e exoneração de servidores estáveis.



Os senadores decidiram limitar a 50% da receita líquida federal as despesas totais com pessoal, incluindo gastos com ativos, inativos e pensionistas

Proposta gera debate prolongado no plenário

Os efeitos do projeto que fixa limites de despesas com pessoal foram amplamente discutidos pelos senadores antes da aprovação final. Para o senador Antero de Barros (PSDB-MT), a proposta renova os prazos da Lei Camata, fixa critérios claros para demissões (caso elas sejam necessárias) e prevê controle externo das entidades estatais dos três níveis.

Jáder Barbalho (PMDB-PA) registrou sua posição favorável ao projeto, mas observou que os poderes Legislativo e Judiciário "não poderão, de forma alguma, ter o mesmo patamar de investimento do Executivo", dado que, por suas peculiaridades, eles investem majoritariamente em pessoal.

Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Roberto Freire (PPS-PE), também favoráveis às restrições, salientaram a correção do caminho sinalizado pelo projeto, de criar condições para investimento e custeio.

Para o senador Roberto Saturnino

Braga (PSB-RJ), que afirmou seu temor de demissões em massa, "o gasto com pessoal é absolutamente imprescindível quando se pretende uma administração pública voltada para a população carente".

A senadora Marina Silva (PT-AC), concordando com Saturnino, salientou que o país registra o maior índice de desemprego dos últimos 16 anos e que a perspectiva de redução de 1,8% do PIB, em 1999, redundará em 8 milhões de desempregados.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse temer demissão imediata de funcionários públicos federais, mas foi contestado pelos senadores Antero de Barros e Lúcio Alcântara.

O senador José Alencar (PMDB-MG) e a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) sugeriram o adiamento da votação. Emília observou que os governadores, em diálogo com o presidente da República, estariam "construindo uma proposta conjunta de

enxugamento das contas estaduais".

Ao se manifestar contra o proposta, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) lembrou que o funcionalismo sofre as consequências da alternância de poder de quatro em quatro anos e o projeto não afasta riscos de demissões por conveniência política.

A senadora Heloisa Helena (PT-AL) disse que Alagoas já demitiu em massa e já promoveu programas de demissão voluntária. Para ela, não há como justificar mais cortes diante da falta de alternativas econômicas e dos ganhos auferidos pelos bancos.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) afirmou que a proposta em votação é "seqüência lógica" de matérias já aprovadas, como a reforma administrativa e a Lei Camata. Ele lamentou a ausência do governo na defesa do projeto, que considerou solução para um dos principais problemas do país que é o aumento dos gastos com pagamento de salários no setor público.

ACM participa de almoço no Ministério da Marinha

O ministro da Marinha, almirante Sergio Gitirana Florêncio Chagasteles, ofereceu ontem um almoço ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, em seu gabinete no ministério. O almoço foi em retribuição à ocasião em que o senador recepcionou os três ministros militares na residência oficial da presidência do Senado. Antes, o presidente do Senado passou em revista as tropas alinhadas em sua homenagem.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 1999

1

Projeto de Lei Complementar da Câmara nº 6, de 1999. Presidente da República. Disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei Complementar do Senado nº 89, de 1998).

Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 54; Não: 14; Abst.: 0; Total: 68. Ficam prejudicados o PLS nº 89/98-Complementar, e a Emenda nº 1-CAE (substitutivo), a ele oferecida, que tramita em conjunto. À sanção.

2

Projeto de Lei Complementar do Senado nº 89, de 1998. Romero Jucá. Modifica a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1999-Complementar).

Resultado: Prejudicado, em virtude da aprovação do item anterior. Ao Arquivo.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa



Antonio Carlos Magalhães na exposição, que teve fotos históricas, ilustrações e a presença de baianas a caráter e capoeiristas

Exposição homenageia Salvador

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, participou ontem da solenidade de inauguração de exposição comemorativa dos 450 anos da cidade de Salvador, no Salão Negro do Congresso Nacional. Em fotos e ilustrações, a exposição traça um perfil de Salvador e sua evolução, tanto em termos arquitetônicos quanto cultural e populacional.

Antonio Carlos fez questão de lembrar, em breve intervenção, o significado da mostra, representativa da capital da terra onde "nasceu o Brasil". O senador destacou, ainda, a importância e o significado das contribuições baianas para o desenvolvimento nacional, a partir das manifestações de "sincretismo e ecumenismo que são marcas da Bahia".

Advogado acusa juiz de "exportar" crianças

Segundo denúncia feita ontem à CPI do Judiciário, magistrado e promotora montaram esquema para lucrar com adoções ilegais de menores tomados de suas mães na cidade de Jundiá (SP) e entregues a famílias estrangeiras

O advogado Marco Antônio Colagrossi acusou ontem, na CPI do Judiciário, o juiz Luiz Beethoven Giffone Ferreira de encaminhar irregularmente crianças para adoção por casais estrangeiros. O advogado disse que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo só afastou o juiz da competência de encaminhar crianças para adoção dez meses após ter apresentado uma representação contra Giffone Ferreira.

Segundo Colagrossi, em Jundiá, cidade de 380 mil habitantes, houve, entre 1992 e 1998, 484 adoções, das quais 204 realizadas por pessoas estrangeiras. Estas não passam de cinco entre as 1.252 adoções de Guarulhos (com 800 mil habitantes), ou 40 entre as 1.141 adoções realizadas na vizinha Campinas (1,2 milhão de habitantes),

no mesmo período.

Conforme o advogado, o juiz e a promotora Inês Bicudo fundaram uma entidade, o Centro de Orientação ao Menor de Jundiá (Comej), que tinha relações com uma entidade italiana de adoção, a CMI. De acordo com Colagrossi, a CMI somente foi reconhecida pelo governo italiano em 1997, mas desde 1996 mantinha relacionamento com o juiz. O denunciante apresentou uma reportagem publicada pela revista *IstoÉ* que acusa a Comej de ter recebido um cheque de R\$ 135 mil que não foi computado na contabilidade da entidade.

Embora ressalvando que não tinha informações confirmadas, o advogado afirmou que uma adoção internacional custa a uma família européia entre US\$ 35 mil e US\$ 50 mil. Disse que o juiz

utiliza roupas sujas e um fusca velho, mas guarda em casa carro de luxo novo. Também disse, ao responder pergunta do vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), que Giffone Ferreira tem quatro apartamentos no estado de São Paulo.

De acordo com a acusação, o juiz criou em Jundiá o "cata criança", como foi apelidada a viatura que recolhia menores na cidade, sob a suposta acusação de maus-tratos. A principal testemunha desses maus-tratos, segundo Colagrossi, é o funcionário da prefeitura de Jundiá Ademir Agiani, que era também o motorista do "cata criança". Afirmou que o juiz, embora tivesse vários funcionários à disposição no Poder Judiciário, utilizava sempre, nos processos de adoção, servidores da prefeitura local.



A mãe Maria Aparecida e o advogado Marco Colagrossi denunciaram na CPI esquema de adoção de crianças por famílias estrangeiras

Afastamento das funções demorou dez meses

Segundo Marco Colagrossi, o magistrado Luiz Beethoven Giffone Ferreira demorou dez meses para ser afastado das funções de encaminhar crianças para adoção porque era protegido do falecido juiz Alves Braga, seu padrinho de casamento. O irmão do juiz, segundo o advogado, trabalha irregularmente como perito de engenharia na vara em São Paulo onde Giffone Ferreira está agora.

O TJSP mantém em seu poder 35 processos de adoção autorizados pelo juiz, que segundo o denunciante estão cheios de irregularidades. Em apenas um caso, entre os vários recursos encaminhados ao tribunal, o processo foi anulado. Mas a criança, segundo Colagrossi, já estava na Alemanha, o que caracterizaria a saída ilegal do país de um cidadão brasileiro. Em resposta ao senador Geraldo Althoff (PFL-SC), ele acusou o TJSP de im-

pedir a instalação do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Jundiá ao não julgar um recurso apresentado por Inês Bicudo. Para ser instalado, o conselho precisa da decisão do TJSP.

Colagrossi afirmou que as adoções são totalmente irregulares, pois em nenhum dos processos para destituição do pátrio-poder há uma investigação policial. Ele lembrou que o delegado seccional da cidade é Paulo Bicudo, marido da promotora. Essas destituições, por outro lado, têm como alvo somente a mãe das crianças, o que também seria irregular. Disse ainda que em todos os processos os pais foram citados por edital no *Diário Oficial*, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente obriga que essas citações sejam feitas pessoalmente:

— O corporativismo tem um limite. O Poder Judiciário ultrapassou este limite. O corporativismo do Poder Judiciário

está totalmente voltado contra a sociedade — afirmou, ao responder pergunta do senador Djalma Bessa (PFL-BA) sobre a razão do silêncio pelo TJSP.

Colagrossi foi processado pelo juiz por crime contra a honra, calúnia e difamação. Defendido pelo advogado Laerte de Macedo Torres (que acompanhou seu depoimento à CPI, como representante da Ordem dos Advogados do Brasil), conseguiu o trancamento da ação pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Outras duas ações impetradas contra ele pelo juiz foram arquivadas pelo Ministério Público.

O advogado mostrou ainda carta do juiz, veiculada na Internet, a uma criança hipotética no futuro, escrita em italiano, em que ele afirma que ela nasceu em país pobre e hoje mora em um país rico, com um futuro garantido. Para Colagrossi, trata-se de uma propaganda subliminar que incrimina ainda mais o juiz.

Esquema financiava viagens ao exterior

Ao responder ao senador José Agripino (PFL-RN), o advogado Marco Antônio Colagrossi afirmou que os funcionários da Justiça de Jundiá iam constantemente à Europa, apesar de receberem salários de R\$ 800 mensais. Segundo o advogado, eram enviados pelo juiz Luiz Beethoven Giffone Ferreira, com dinheiro cuja origem, porém, ele desconhece.

O relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), indagou a Colagrossi quem ajudava o juiz. O advogado disse que todos os funcionários do fórum o faziam e acrescentou que o juiz que sucedeu Giffone Ferreira, Alberto Anderson Filho, afastou todos os funcionários ao tomar posse.

Ainda respondendo a Paulo Souto, o advogado acusou também o juiz de dar uma velocidade inédita aos processos de destituição de pátrio-poder. Em média, esses processos duram dois anos, mas o juiz conseguia concluí-los em cerca de três meses.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) quis saber como eram elaborados esses processos. O denunciante afirmou que era inventado um procedimento verificatório, com histórias falsas, geralmente amparadas por testemunhos dos próprios funcionários que trabalhavam com o juiz.

O advogado também acusou o juiz de retirar dos autos as folhas do processo de adoção que poderiam comprometer o sucesso desta. As páginas eram renumeradas posteriormente. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da CPI, indagou se as famílias recebiam dinheiro pela adoção, recebendo resposta negativa.

CONCLUSÃO

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que o depoimento de Colagrossi revelava um verdadeiro "conluio" envolvendo o juiz, o Ministério Público, a polícia, a administração de Jundiá e, por fim, o Tribunal de Justiça do estado. Apesar de considerar a palavra

"conluio" demasiadamente forte, Colagrossi concordou. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) detectou haver, ao menos, conivência da Justiça, do Ministério Público e da prefeitura.

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) perguntou por que a sociedade civil organizada não se somou à causa de Colagrossi, que segundo ela não é a causa de Jundiá, mas a causa de todo o Brasil. Segundo o advogado, o apoio simplesmente não veio. Maguito Vilela complementou dizendo que em cidades do interior muitos evitam brigar com o juiz, com o padre ou com o delegado.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou que esteve com as mães das crianças adotadas irregularmente em Jundiá, e ficou surpreso ao ver a resistência do juiz em ouvir o depoimento dessas mães. Para o senador, Giffone Ferreira deveria ser o primeiro a mostrar interesse em ouvir as reclamações.

Em apenas um mês, mãe perde três filhos

Em seu depoimento ontem na CPI, Maria Aparecida Salles contou aos senadores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário como teve três filhos seus retirados de casa e enviados à Itália.

Vítima de um processo que começou com a intimação pelo juiz Luiz Beethoven Giffone Ferreira para comparecer ao fórum de Jundiá, Maria Aparecida disse não entender por que foi obrigada a entregar seus filhos Camila, de nove anos, Rafael, de sete, e Aline, de cinco, à Justiça. Segundo ela, os três freqüentavam a escola e não eram crianças de rua. Além disso, o pátrio-poder do pai das crianças, de quem Maria Aparecida está separada, não foi retirado.

A depoente disse que pessoas no fórum a instruíram para que entregasse os

mais sob sua custódia, já tinham nomes diferentes e foram, então, mandadas para a Itália. "Não falo só em meu nome. São mais de 50 mães que pediram ajuda aos senhores", disse ela aos senadores.

TRANSFORMAÇÃO

Maria Aparecida relatou ainda que, com base em informações prestadas pelo juiz em um processo em São Paulo, soube que os filhos estão juntos, com uma mesma família na Itália. Ela afirmou também ter conhecimento do endereço das crianças naquele país. A depoente mostrou ainda uma foto de seus filhos, de 1995, que obteve junto ao fórum, em que eles aparecem com cabelos mais escuros, "transformados", segundo ela.

Respondendo ao relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), a depoente disse que foi submetida a forte pressão psicológica no fórum e que não tinha

consciência que estava assinando a doação de seus filhos. Ao senador Djalma Bessa (PFL-BA), Maria Aparecida declarou que chegou a conseguir uma liminar, cassada dois dias mais tarde, suspendendo o processo. A depoente revelou ainda que nem ela nem seus advogados têm acesso ao processo de adoção de seus filhos,

"Não falo só em meu nome. São mais de 50 mães que vêm pedir ajuda aos senhores."

Maria Aparecida Salles, que perdeu três filhos no esquema de adoções ilegais em Jundiá (SP)

que é tratado como "segredo de Justiça". Maria Aparecida chorou durante a maior parte de seu depoimento. O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) disse que o fato de as crianças estarem na escola e com cartão de vacinação em dia mostra que a depoente é uma boa mãe. O senador José Agripino (PFL-RN) anunciou que, em reunião da CPI a ser realizada hoje, irá apresentar requerimento de convocação do juiz Giffone Ferreira.

Em um mês, em 1994, disse Maria Aparecida, suas crianças não estavam

Cristiane relata luta para manter a posse de menino

Em depoimento à CPI do Judiciário, a taxista Cristiane Lopes, de 23 anos, disse ontem que o seu filho foi arrancado de suas mãos um dia depois de nascer, durante o aleitamento, por ordem do juiz Luiz Beethoven Giffone Ferreira. Desde então, mãe e filho nunca mais se viram novamente, conforme ela contou, às lágrimas, aos integrantes da comissão.

Cristiane foi a primeira das "Mães da Praça do Fórum" a prestar esclarecimentos à CPI sobre o tráfico internacional de crianças com origem em Jundiaí (SP).

Segundo ela, na época do parto, em 24 de novembro de 1997, estava desempregada e quis evitar que a família soubesse da gravidez. Diante da oferta, Cristiane pediu ajuda a assistentes sociais do Hospital São Vicente de Paula. Porém, ela disse que nunca pensou em doar seu filho para adoção. "Eu já tinha enxoval e nome para ele (Leonardo). Não pensei em dar meu filho em nenhum momento", afirmou.

Mesmo diante das negativas, Cristiane disse que recebeu duas injeções que a deixaram sonolenta e foi solicitada a assinar um documento, cujo teor disse não ter condições de identificar. Ela contou que depois de acordar, pediu às enfermeiras que trouxessem seu filho para amamentá-lo. Descobriu, então, que já havia determinação do juiz Beethoven, titular da 2.ª Vara Cível de Jundiaí para afastar a criança dela.

Segundo Cristiane, a única pessoa de quem recebeu solidariedade foi a médica Marisa Viotti, que, com base no direito de a criança ser amamentada, enfrentou a ordem do juiz e permitiu que a mãe tivesse contato com o filho. Durante o aleitamento, disse a depoente, às 15h do dia 25 de novembro, uma enfermeira arrancou seu filho de seus braços. Nesse momento, Cristiane chorou ao dizer que resistiu o quanto pôde.

Enquanto isso, mesmo sem saber da gravidez, Cristiane disse que sua mãe foi levada ao fórum de Jundiaí para assinar documento atestando que a filha, mãe de dois meninos, não tinha condições de criar uma terceira criança, por estar desempregada.

SUSTO

Cristiane declarou que depois de deixar o hospital tentou de todos os modos falar com o juiz Beethoven e, quando conseguiu, ouviu dele que "pobreza era doença" e que ela não poderia criar seu filho. "Acima de mim, só Deus", teria dito o juiz, segundo a depoente. Dessa forma, Cristiane entrou no Movimento das Mães da Praça do Fórum.

O processo em que pede para ter seu filho de volta, afirmou, está parado na Corregedoria de Justiça de São Paulo. Quanto a seu filho, Cristiane disse não saber onde está.

— É inacreditável que tudo se tenha passado poucas horas após o nascimento da criança. Isso não poderia ter acontecido nunca — avaliou o relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA).

A depoente declarou a Souto que o juiz designou um advogado, que a con-



Cristiane, 23 anos, disse à CPI que o filho foi arrancado de suas mãos ainda na maternidade

selhou a não entrar com processo "para não irritar o juiz", dizendo que, se ela fosse com calma, Beethoven iria lhe devolver a criança. Segundo o advogado, relatou, o juiz só estaria querendo lhe dar um susto. Mais tarde, Cristiane disse ter pedido a reversão do processo de doação e que até mesmo seu pai teria entrado com pedido de adoção do neto.

AMEAÇAS

Ao senador Carlos Wilson (PSDB-PE) a depoente disse que, pela sua reação à retirada de seu filho, a médica que lhe deu apoio sabe que não queria dar o bebê para adoção. "O que ouvimos aqui é deprimente", disse a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) depois de ouvir o relato de Cristiane.

Respondendo pergunta do presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), Cristiane revelou que, diante da sua reação, o juiz Beethoven teria ameaçado retirar de sua guarda seus dois outros filhos, Rafael, de cinco anos, e Júnior, de três.

Para o senador Djalma Bessa (PFL-BA), houve ação conjunta entre o juiz e pessoas no hospital. Entre as pessoas envolvidas nas adoções irregulares, Cristiane citou as assistentes sociais Faviola e Eliane, além da mulher que levou o papel para que ela assinasse, Ângela, que seria secretária do juiz.

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) disse que sua atitude seria a mesma da médica que atendeu a depoente por entender que "o melhor lugar para a criança era no carinho e no afago de sua mãe".

Cristiane informou que, ao ajudá-la, a médica foi processada por desobediência à Justiça. Althoff sugeriu que a CPI busque as informações necessárias no prontuário médico, onde, obrigatoriamente, todos os procedimentos do parto e momentos seguintes devem estar presentes.

O relator da CPI leu ainda um documento, assinado por Beethoven, em que são dadas orientações para processos de adoção de crianças doadas pelas mães biológicas. "A minha sensação é que se armou uma máquina para essas adoções irregulares", disse.

TRT-SP não tinha "estrutura" para obra, diz ex-presidente

Rubens Tavares Aidar afirma que Judiciário não está aparelhado sequer para fazer a manutenção dos prédios hoje existentes

O ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo Rubens Tavares Aidar disse ontem à CPI do Poder Judiciário que durante sua administração à frente do tribunal, entre 1994 e 1996, não recebeu qualquer comunicação de contestação da obra da sede do fórum trabalhista de primeira instância.

Segundo ele, naquele período, o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou questões formais pedindo esclarecimentos sobre a situação da obra e todas foram respondidas e aceitas. Aidar informou ter sido intimado a depor no inquérito público civil movido no Ministério Público Federal, em São Paulo, e que não existe qualquer ação movida contra ele.

Em resposta ao relator da CPI, senador Paulo Souto, Aidar disse que não havia motivos ou fatos aparentes para substituir o juiz Nicolau Santos Neto da presidência da comissão de obras do tribunal. Para ilustrar, o magistrado citou

ata de reunião do tribunal, de 1998, em que Nicolau é elogiado pelos juizes. Segundo ele, o juiz Valentin Carrion revelou sua "honra de ter o 'n' de Nicolau em seus dois nomes".

Aidar informou que recebeu a obra da administração anterior ainda na fundação e que, ao final de sua gestão, os 20 andares das duas torres do prédio já haviam sido erguidos. A liberação de recursos para a construção era, segundo ele, decidida com base em medições feitas pelo engenheiro Gama e Silva, contratado pelo TRT com essa finalidade. O dinheiro era pedido ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), que, diante da disponibilidade orçamentária, repassa os recursos ao TRT.

Ao presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), Aidar disse acreditar que o Judiciário não tem estrutura para construir prédio do porte do fórum trabalhista de São Paulo. Para ele, os tribunais não estão aparelhados

nem mesmo para executar a manutenção de seus prédios. Aidar declarou que não tinha contato com o dono da empresa responsável pela construção do edifício, Fábio Monteiro de Barros Filho, a não ser nas solenidades do tribunal.

O ex-presidente do TRT paulista chorou ao responder ao senador Carlos Wilson (PSDB-PE) sobre a repercussão que a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) teve na Justiça do Trabalho. Apesar de não ter sua gestão envolvida na decisão do TCU, Aidar acredita que o processo atinge todo juiz do trabalho, por macular a magistratura.

Aidar concordou com o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), o qual afirmou que o controle externo do Judiciário é "uma necessidade imperiosa". O presidente da CPI concluiu a reunião dizendo que é preciso encontrar uma solução que ajude o TRT e o Tesouro Nacional.

Para presidente da CPI, caso é "gravíssimo"

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), considera "gravíssimo" o caso de tráfico de crianças em Jundiaí (SP) pois, como observou, ao problema de fraude no Judiciário associa-se a questão humanitária. "Esse problema envolve mães que estão nas praças chorando por filhos que podem ter sido enviados ao exterior de forma irregular e de forma fraudulenta", afirmou Tebet ao fim dos depoimentos.

Para o senador, a CPI não deve pedir a quebra do sigilo bancário do juiz Luiz Beethoven Giffone Ferreira imediatamente. Tebet disse, porém, que isso pode ocorrer mais à frente. "Ainda estamos no início dessas investigações, que são estorcedoras", afirmou. Segundo o presidente da CPI, a comissão precisa ouvir outras pessoas sobre o caso. Dessa for-



Tebet acha que TRT-SP é agora "matéria esgotada"

ma, Tebet anunciou que a CPI realiza hoje reunião administrativa para dar encaminhamento ao caso de Jundiaí.

Tebet considera trazer as crianças de volta ao país um problema delicadíssimo. "Mesmo demonstrando as irregularidades, elas já estão no exterior há algum tempo. Não vai ser fácil trazê-las de volta ao nosso país e entregá-las às suas mães. Todos os membros da CPI estão preocupados com essa situação. Vamos adiantar mais as nossas investigações e depois vamos conversar com o Itamarati para ver o que podemos fazer", ponderou o presidente da comissão.

As investigações sobre a obra do TRT já estão, na visão de Tebet, praticamente concluídas. "A matéria, do meu ponto de

Superintendente da PF na Paraíba falará hoje

A CPI do Judiciário reúne-se hoje, às 10h, para ouvir o depoimento de Antonio Flávio Toscano Moura, superintendente da Polícia Federal na Paraíba. Tendo aberto o inquérito que apurou irregularidades praticadas no Tribunal Regional do Trabalho de João Pessoa (PB), ele vem relatar aos senadores o que foi apurado.

Esse inquérito foi instaurado por iniciativa do Ministério Público e as denúncias contemplam ilícitos como nepotismo e favorecimento de terceiros com verbas públicas. Amanhã, também às 10h, depõe na CPI do Judiciário o delegado federal Nivaldo Farias, de Manaus. Ele vai falar sobre a venda de alvarás de soltura por juizes do Amazonas.

ACM cobra ação do Ministério Público

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que os primeiros resultados concretos da CPI do Judiciário já começam a aparecer. O desvio de recursos na construção do prédio das juntas de conciliação e julgamento pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo "é um caso concluído", disse o senador, para quem "agora é hora de o Ministério Público agir e, se possível, recuperar o dinheiro do povo que foi furtado".

Após participar ontem dos trabalhos da CPI do Judiciário, criada por requerimento de sua iniciativa, Antonio Carlos destacou a gravidade das denúncias apresentadas, referentes ao possível tráfico de crianças na cidade paulista de Jundiaí, mediante adoções irregulares em favor de famílias estrangeiras. O senador manifestou a convicção de que a comissão terá condições de apurar a verdade nesse episódio.

CRE aprova indicação de embaixador no Chile

Na reunião de ontem, Comissão de Relações Exteriores manifestou-se a favor de diversos acordos internacionais nas áreas de cooperação técnica, educacional e cultural, bem como de combate ao narcotráfico

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou por unanimidade, ontem, a indicação do ministro de primeira classe João Augusto De Medicis para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à república do Chile.

A CRE aprovou, também, acordos internacionais nas áreas de cooperação técnica, educacional e cultural, e de combate ao narcotráfico.

O projeto de decreto legislativo que aprova o texto da Convenção n.º 169, da Organização Internacional do Trabalho, que trata dos direitos dos povos indígenas e tribais em países independentes, recebeu pedido de vistas do senador Mozarildo Cavalcanti (PPB-RR) e foi retirado da pauta.

Outro projeto, que aprova tratado de

extradição entre Brasil e Coréia, foi adiado por decisão do presidente da CRE, senador José Sarney (PMDB-AP).

ACORDOS

A CRE aprovou nove projetos de decreto legislativo sobre acordos internacionais e tratados com países do Mercosul, Jamaica, Costa Rica, Rússia e Grã Bretanha.

O projeto que aprova o texto do acordo de cooperação entre países de língua portuguesa no combate ao narcotráfico foi relatado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que, ao final, prestou uma homenagem ao senador Romeu Tuma (PFL-SP) pelo trabalho que desenvolveu à frente da Polícia Federal (PF) no governo Sarney.

Emocionado, Tuma agradeceu a lembrança de Cabral e ainda ouviu do pre-

sidente da CRE, José Sarney, que a sua colaboração como diretor da PF honrou o seu governo e mereceu a admiração e o respeito de todo o país, o que acabou levando-o a ser escolhido para a vice-presidência da Interpol.

As matérias aprovadas pela CRE serão submetidas ainda à deliberação do plenário do Senado.



O embaixador João Augusto (ao lado do presidente da CRE, José Sarney) é sabatinado na comissão

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – Basquete
7h30 – Especial Unip – Pressão alta (2ª parte)
7h55 – Senado em Pauta
8h – Saúde Todo Dia – Hidro-ginástica para gestantes
8h30 – Jornal do Senado
8h55 – Senado em Pauta
9h – Cores do Brasil – Maranhão
9h30 – Entrevista – O senador Ernandes Amorim fala sobre o desenvolvimento da região amazônica
9h55 – Senado em Pauta
10h – CPI do Judiciário (vivo)
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos (gravada em 11/05)
20h – Comissão de Educação (gravada em 11/05)
21h – Jornal do Senado
21h15 – Agenda Econômica
22h – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado. Em seguida – Música e informação
10h – CPI do Judiciário. Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Após a sessão – CPI do Sistema Financeiro
Em seguida – Música e informação
19h – “A Voz do Brasil”
Em seguida – Música e informação
20h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Nordeste”. Em seguida – Música e informação.
21h – “Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste”. Em seguida – Música e informação
21h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste”. Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação

Projeto obriga BC a prestar contas de liquidações

Lembrando que nos últimos dez anos o Banco Central decretou mais de 186 liquidações, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou projeto de lei obrigando a instituição a enviar ao Senado, semestralmente, relatório pormenorizado do processo de intervenção e liquidação extrajudicial em instituições financeiras.

Ao justificar o projeto, Jucá informou que a intervenção do BC no Banco Estadual de Roraima vai completar dez anos, apesar de a legislação sobre o regime de administração especial temporária exigir que se fixe sua duração, permitindo sua prorrogação apenas se isso for absolutamente necessário.

O senador afirmou que, seguramente, a intervenção no Banco de Rondônia não foi decretada para durar nem cinco anos e, portanto, seu prazo já deveria ter sido encerrado. Ele deduz que a demora se deve apenas aos critérios do Banco Central, os quais “ninguém sabe quais são”. E constata também que os interventores, pela importância que assumem na condução do processo, carecem de maior legitimidade no exercício de suas funções.

Além de determinar que o BC encaminhe, semestralmente, à Comissão de Assuntos Econômicos relatório pormenorizado das intervenções, o projeto de Jucá estabelece que a nomeação de interventores e liquidantes seja referendada pelo Senado, por voto secreto, após ajuizamento público.



Romero Jucá

Dutra quer exigir do TCU a divulgação de irregularidades

A comunicação direta das irregularidades e ilegalidades levantadas no decorrer dos procedimentos de

fiscalização e exame de contas pelo Tribunal de Contas da União às instituições federais será obrigatória, se aprovado projeto de lei de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Segundo o senador, a medida proposta vai funcionar como mecanismo para instrumentalizar e envolver autoridades, instituições públicas e segmentos da sociedade civil na luta pela moralidade pública e pela defesa dos interesses maiores do povo.

A proposta de Dutra determina que, apurada irregularidade ou ilegalidade em processo de exame de tomada e prestação de contas, auditoria ou inspeção, o Tribunal de Contas da União ficará obrigado a encaminhar o acórdão ou decisão, acompanhado do respectivo relatório

rio e fundamentação do ministro-relator, aos senadores, deputados federais, assembleias legislativas,

câmaras municipais e Ministério Público para as providências cabíveis.

A proposição, enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para decisão terminativa, visa elevar ao máximo o princípio constitucional da publicidade sobre a gestão dos órgãos públicos, possibilitando que a sociedade disponha de informações necessárias para identificar os maus gestores da administração pública.

– Com a adoção desse procedimento, estaremos maximizando os resultados dos gastos realizados nos levantamentos e tornando mais efetiva a ação voltada para o combate à corrupção e para evitar o desperdício dos recursos públicos – explicou José Eduardo Dutra.



José Eduardo Dutra

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000, 0 FD 1,17,1,7

Amorim cobra na TV investimento do governo federal na região Norte

O governo federal deveria investir mais na região Norte do país, que tem um clima estável, com estações climáticas bem definidas e

favoráveis à atividade agrícola. A afirmação é do senador Ernandes Amorim (PPB-RO) em entrevista à TV Senado que irá ao ar hoje, às 4h30, 9h30, 12h30 e 21h15. Para o senador, a grande extensão territorial destinada



aos índios e às reservas florestais são desfavoráveis para o desenvolvimento econômico da Amazônia.

Ele destaca que “60% do território do estado de Rondônia estão ocupados por essas reservas, deixando apenas 40% para as atividades econômicas de exploração dos recursos naturais da floresta”.

País esteve perto da moratória, diz ex-diretor do BC

Ao justificar ajuda ao Marka e ao FonteCindam, Demóstenes Madureira afirma que Banco Central “não tinha a menor dúvida” de que possível liquidação de alguma instituição levaria a “uma quebra de todo o sistema bancário do país”

O ex-diretor da Área Externa do Banco Central, Demóstenes Madureira de Pinho Neto, afirmou em depoimento à CPI do Sistema Financeiro que “o Brasil esteve à beira de uma moratória” em meados de janeiro último e, se isso acontecesse, o país “teria perdido de US\$ 70 bilhões a US\$ 140 bilhões” em seu Produto Interno Bruto (PIB).

Entre os dias 13 e 18 de janeiro, de acordo com o ex-diretor, o clima “era de total falta de credibilidade” na capacidade brasileira de manter sua política de bandas cambiais. “Era uma situação gravíssima, uma pressão quase insuportável sobre as autoridades econômicas”, revelou.

Demóstenes Madureira afirmou que, ante a grande fuga de investidores estrangeiros, interrupção nos financiamentos de curto prazo ao país, dificuldades do governo em rolar seus títulos e com as reservas reduzidas em mais de US\$ 40 bilhões, “havia um verdadeiro pânico” e a diretoria do BC “não tinha a menor dúvida” de que uma possível liquidação de algum banco “levaria a uma quebra de todo o sistema bancário do país”.

– Foi nesse clima que a diretoria do Banco Central decidiu que, naquele momento, não se poderia liquidar nenhuma instituição financeira. No caso do Marka, era um pequeno banco, mas no momento em que se notificasse que uma instituição que aplicara na Bolsa de Mercantil & de Futuros não tinha condições de honrar seus compromissos, as conseqüências poderiam ser pesadas para o país – disse.

Ele citou as crises do Sudeste Asiático e da Rússia para mostrar que a decisão do BC foi acertada, “pois felizmente a economia do país já tem a perspectiva de voltar a crescer no ano que vem e a inflação não explodiu como se chegou a prever”. Naqueles países, a recessão foi profunda, disse.

Questionado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Demóstenes Madureira afirmou que o então presidente do BC, Francisco Lopes, “decidiu, por algum motivo”, que não comunicaria as operações dos bancos Marka e FonteCindam ao ministro da Fazenda, Pedro Malan.

O senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB no Senado e autor do requerimento de criação da CPI, afirmou que, com tal argumentação, a ex-diretoria do BC “justificaria qualquer coisa, até mesmo o salvamento de todos os bancos do país”.

Em entrevista à imprensa, ainda durante o depoimento, o presidente interino da CPI, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), classificou de “fato grave” a afirmação de Demóstenes de que foi de Francisco Lopes a decisão de não comunicar o caso Marka-FonteCindam ao ministro da Fazenda. Para ele, isso comprova que “há excesso de poderes concentrados” no BC.



Demóstenes Madureira (E) explica, na CPI do Sistema Financeiro, a ajuda aos bancos. Os senadores Antonio Carlos Magalhães, José Roberto Arruda e João Alberto de Souza acompanham o depoimento

CPI não convoca Malan para depor

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, não prestará depoimento à CPI que investiga irregularidades no Sistema Financeiro, pelo menos por enquanto. Reunidos em sessão secreta, os membros da comissão decidiram ontem não votar os requerimentos de convocação do ministro, propostos pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS). De acordo com o líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão, Malan só será convocado se surgir um fato novo nas investigações da comissão e ainda assim “apenas se houver consenso entre os senadores”.

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE), líder do PSDB, salientou que “até o momento não foi apurado nada pela CPI que justifique a convocação do ministro

da Fazenda”. Ele também defendeu a necessidade de consenso na CPI para a aprovação de qualquer requerimento de convocação.

Eduardo Suplicy concordou que o momento não é o ideal para se ouvir Malan. No entanto, frisou que “até o final dos trabalhos da CPI o ministro precisará dar o seu depoimento”. O senador paulista entende que Malan deve ser ouvido a respeito de todos os oito pontos que constam do requerimento de criação da CPI.

– O relator (senador João Alberto) deverá decidir o melhor momento para o depoimento do ministro. Deve ser mais adiante, para que ele fale não apenas sobre o caso dos bancos Marka e FonteCindam, mas sobre todos os pontos – afirmou Suplicy.

O senador disse não acreditar que o depoimento de Malan ao final dos trabalhos inviabilize o envio de relatórios parciais sobre cada caso ao Ministério Público. “Podemos enviar os relatórios e depois acrescentar as informações prestadas por Malan”, frisou.

Asenadora Emilia Fernandes (PDT-RS) lamentou que a CPI não ouça logo o ministro sobre a operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam. “Desde o momento em que Francisco Lopes (ex-presidente do Banco Central) negou-se a depor, o depoimento do ministro da Fazenda tornou-se imperativo”. Emilia acrescentou que Malan pode colaborar não apenas com a investigação deste caso, mas também na elaboração de uma nova legislação para o sistema financeiro.

Receita vai explicar como tributa bancos

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, será ouvido na quinta-feira da próxima semana (dia 20) pela CPI que apura irregularidades no sistema financeiro. O secretário deverá trazer informações sobre a tributação dos lucros de instituições financeiras e a existência de possíveis mecanismos de evasão fiscal. Os senadores decidiram que, além de ouvir o secretário da Receita, a CPI vai aproveitar a semana para a análise de documentos enviados pela Bolsa de Mercadorias & Futuros e pelo Banco Central.

O requerimento de criação da CPI, apresentado pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA), prevê a investigação de denúncias de sonegação fiscal por sete grandes bancos, quase todos estrangeiros. Em depoimento à CPI na semana passada, o deputado Aloizio Mercadante apresentou levantamento da Receita Federal indicando que 42,4% dos 61 maiores bancos do Brasil não pagaram Imposto de Renda em 1998. Além disso, 25,8% destes bancos teriam pago menos de 1% de suas receitas a título de Imposto de Renda.

Amanhã, a comissão ouve os depoimentos do controlador do Banco Marka, Salvatore Cacciola, e do presidente do FonteCindam, Luís Antonio Gonçalves. O objetivo dos depoimentos é recolher mais informações sobre a operação de ajuda a estes bancos, que possibilitou a venda de dólares em 15 de janeiro a preços menores que os praticados pelo mercado e teria causado um prejuízo de cerca de R\$ 1,5 bilhão ao Banco Central.

ACM destaca consenso na decisão

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, destacou a unanimidade da decisão, tomada ontem pela CPI do Sistema Financeiro, sobre o requerimento que convocava o ministro da Fazenda, Pedro Malan, apesar das diferenças de opinião expressas antes da reunião:

– Houve uma evolução, e todos ficaram na mesma posição, de jogar para adiante, e só fazer a convocação se houver consenso e motivação. Nisso todos os partidos foram favoráveis. Todos foram a favor da decisão, inclusive Saturnino e Suplicy – esclareceu.

O senador disse que, com o depoimento de Demóstenes Madureira de Pinho Neto, ex-diretor da Área Externa do Banco Central, “ficou claro que, se não foi o Cláudio Mauch quem fez o levantamento, devia ter sido, porque é da área de fiscalização e não da área do câmbio que ele tinha controle”.

No início da tarde, antes da reunião da comissão,

Antonio Carlos havia reafirmado que era contra a tomada do depoimento de Malan, salientando que “não é o momento de ele vir, na medida que se duvida da palavra de um ministro que nunca mentiu à Nação”.

– Este não é o momento de desconfiar. O ministro estará pronto a vir a qualquer hora, mas neste momento é nosso dever não convocá-lo – afirmou. O senador considerou que o encerramento da CPI seria uma ocasião mais adequada: “No fim dos trabalhos ele poderá vir, ou o Arminio Fraga. Enfim, o governo prestará as informações que tem a obrigação de prestar”, assegurou. Antonio Carlos acredita que insistir na convocação “é duvidar da palavra de um ministro que nunca faltou com a palavra”, e uma demonstração de desconfiança do Congresso.

– É uma desconfiança que não tem motivo. A sua palavra é o suficiente. Eu tenho visto que é – concluiu.

Projeto obriga escola a divulgar índice de repetência

Em parecer aprovado pela Comissão de Educação, Emilia Fernandes diz que medida contribui para a melhoria da qualidade do ensino

Parecer da relatora, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), lido pelo senador Luiz Otávio (PPB-PA), favorável ao projeto de iniciativa da Câmara que obriga a divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI). A matéria, que também já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seguirá para apreciação do plenário.

O projeto fixa o prazo de dois meses após a conclusão do ano letivo para que as escolas enviem os índices de evasão e repetência aos sistemas de ensino do estado e do município onde se situam. Também prevê que esses sistemas deverão divulgar, até o último dia do mês de abril de cada ano, um



Emilia lembra que atualmente escolas fazem o levantamento mas não divulgam os dados

relatório-síntese com os dados referentes ao ano anterior, além de enviá-lo ao Ministério Público Estadual.

Como penalidade para as insti-

tuições que não cumprirem as determinações, o projeto estabelece a proibição de assinar convênios ou receber diretamente recursos da União, exceto os previstos para a merenda escolar e o material didático.

Emilia Fernandes considera que a aprovação da matéria municiará o Ministério Público com dados importantes para que o órgão se mobilize em defesa do direito a uma educação de qualidade.

Atualmente, segundo o parecer de Emilia Fernandes, as escolas de ensino médio e fundamental, ao término do período letivo, fazem o levantamento do número de repetentes e de alunos que evadiram. Porém, acrescenta a senadora, não é comum que esses índices sejam divulgados, como propõe o projeto da Câmara dos Deputados.



As matérias aprovadas ontem na Comissão de Educação vão para a decisão final do plenário

CE renova permissão e concessão de 11 emissoras

A Comissão de Educação, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), aprovou ontem projetos de decreto legislativo que renovam a concessão de cinco emissoras de rádio e a permissão de outras seis, entre emissoras de frequência modulada e de ondas médias. Todas as matérias serão submetidas ainda à apreciação do plenário.

Aguardam renovação de concessões as emissoras em onda média Fundação João XXIII (Mafra - SC), Rádio Difusora Bondespachense Ltda. (Bom Despacho - MG), Rádio Sant'Ana de Tianguá Ltda. (Tianguá - CE), Sistema Independência de Rádio e Comunicações Ltda. (São José do Rio Preto - SP) e Emissoras Regionais de Radiodifusão Ltda. (Registro - SP).

Esperam renovação de permissões de funcionamento as emissoras

em frequência modulada Sociedade Rádio Clube de Oswaldo Cruz Ltda. (Oswaldo Cruz - SP), Fundação Isaac de Comunicação (Blumenau - SC), Rádio e Televisão Paraibana Ltda. (João Pessoa - PB), Rede MS Integração de Rádio e Televisão Ltda. (Campo Grande - MS), Ultra Radiodifusão Ltda. (Rio Grande - RS) e Rede Central de Comunicação Ltda. (Campinas - SP).

Participaram da reunião da Comissão de Educação os senadores do PMDB Fernando Bezerra (RN) e José Fogaça (RS); do PFL Freitas Neto (PI), José Jorge (PE), Jorge Bornhausen (SC), Eduardo Siqueira Campos (TO), Juvêncio da Fonseca (MS), Francelino Pereira (MG) e Mozarildo Cavalcanti (RR), além de Sebastião Rocha (PDT-AP), Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Marina Silva (PT-AC).

Ensino de espanhol poderá ser facultativo a partir da 5ª série

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer favorável do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) a emenda de plenário da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) a substitutivo, de modo a autorizar, em vez de obrigar, a inclusão da língua espanhola nos currículos plenos da 5ª a 8ª série do ensino fundamental, em todo o território nacional.

A matéria agora volta à apreciação do plenário. O autor do substitutivo, senador José Fogaça (PMDB-RS), esclareceu que a iniciativa de Emilia Fernandes é positiva. "O aspecto autorizativo já existia na LDB, mas essa emenda dá uma contribuição estimulativa", entende o relator. Para ele, a emenda também contribuirá para evitar que, por falta de professores de espanhol para implementar a obrigatoriedade, o presidente da República "vete a matéria toda, como possivelmente acontecerá".



Saturnino deu parecer favorável à emenda apresentada ao substitutivo de Fogaça

O projeto original da Câmara dos Deputados prevê que a introdução do ensino de espanhol deverá estar concluída no prazo de cinco anos a partir da promulgação da lei. Nesse período, Fogaça entende que deverão ser preparados aproximadamente 210 mil professores, conforme cálculos do Ministério da Educação. A autora da emenda lembrou que o projeto criando a

obrigatoriedade do ensino de espanhol nos estabelecimentos de ensino brasileiros fundamenta-se no protocolo de intenções assinado pelos ministros da Educação dos países que compõem o Mercosul, em dezembro de 1991. Através desse documento, disse ela, firmou-se o compromisso de "implementar o ensino de português e de espanhol nas instituições dos diferentes níveis e modalidades do sistema, para melhor comunicação entre seus países.

A Comissão de Educação aprovou parecer do senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) a projeto da Câmara que inscreve o nome de d. Pedro I no Livro dos Heróis da Pátria. De acordo com o relator, a iniciativa está relacionada às homenagens pelo transcurso do bicentenário do nascimento de d. Pedro I, comemorado no dia 12 de outubro do ano passado.

Patrocínio sugere pagar crédito educativo com serviço voluntário

Os mutuários do Programa de Crédito Educativo que estiverem inadimplentes poderão pagar sua dívida prestando serviços voluntários, conforme projeto de lei apresentado pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) e enviado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa.

O trabalho voluntário deverá ser prestado, ainda segundo o projeto, na especialidade do mutuário, em tempo parcial ou integral, junto a entidades públicas ou a instituições privadas de fins não lucrativos. Esse trabalho voluntário vai se inserir na lei que dispõe sobre o serviço voluntário, que não cria vínculo empregatício, nem obrigação trabalhista previdenciária.

Carlos Patrocínio esclarece que a educação superior brasileira apresenta uma disparidade gritan-



Carlos Patrocínio

te: os alunos do ensino médio particular é que conseguem se preparar para o ingresso nas instituições públicas e gratuitas, enquanto os alunos vindos das escolas públicas, de menor renda, ingressam em instituições particulares pagas de ensino superior.

Para reduzir essa disparidade, lembra o senador, é que foi criado o Programa de Crédito Educativo, que financia as mensalidades para que o aluno pague somente após a conclusão do curso. Nos últimos anos os recursos para o programa foram reduzidos, acirrando os critérios de seleção ao financiamento, razão pela qual a renda média dos inscritos é de um salário mínimo, observou o parlamentar. Com isso, a inadimplência tem crescido e atingia 24,8% em janeiro de 1999, acrescentou.

CAE ouve presidente do BNDES na segunda-feira

José Pio Borges deverá esclarecer à Comissão de Assuntos Econômicos critérios usados para conceder empréstimos e como são distribuídos recursos entre pequenas, médias e grandes empresas

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), José Pio Borges, vai prestar esclarecimentos sobre as atividades da instituição aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos na próxima segunda-feira, às 17h30. O requerimento para convocação de Pio Borges, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e outros, foi aprovado pela comissão na semana passada, mas somente ontem o presidente da CAE, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), estabeleceu a data da audiência.

De acordo com o requerimento, Pio Borges deverá prestar esclarecimentos sobre os critérios utilizados pelo BNDES para a concessão de recursos do banco às empresas de vários estados. Os senadores querem saber se os recursos estão sendo bem aplicados e como vêm sendo distribuídos para pequenas, médias e grandes empresas.

A CAE aprovou também requerimento do senador Luiz Estevão

(PMDB-DF) convocando para depor na comissão o presidente nacional do Sebrae, Sérgio Moreira, e o presidente do Conselho Administrativo do Sebrae, Pio Guerra, para prestarem esclarecimentos sobre as atividades da instituição. A data das audiências ainda será marcada pela comissão.

Na reunião de ontem, a CAE aprovou pedido de vista coletivo para o Projeto de Resolução nº 6, de autoria do senador José Agripino (PFL-RN), que propõe modificação nas condições para refinanciamento dos títulos públicos, emitidos para pagamento de precatórios, e a proibição para a emissão de novos títulos pelos estados e municípios que tiverem sua dívida mobiliária refinanciada. O projeto de Agripino, com apoio de outros senadores, modifica o artigo 12 da Resolução nº 78, de 1998, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, municípios e do Distrito Federal, con-



Na reunião de ontem, a CAE adiou votação de projeto tratando da aplicação da receita das privatizações

cessão de garantias, limites e condições de autorização.

O projeto de lei do senador Lúcio Coelho (PSDB-MS), que trata da aplicação das receitas provenientes de privatizações, teve sua discussão e votação adiada para a reunião da próxima terça-feira. Fernando Bezerra também concedeu

vista para os seguintes projetos: que autoriza o uso do gás natural ou gás liquefeito como combustível para veículos que transportam hortigranjeiros; regulamenta concessão de bolsas de estudo; e o que dispõe sobre seguro de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte.

Empresas terão incentivos para divulgar desaparecidos

A Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que incentiva os meios de comunicação social e de transportes e outras empresas a publicar fotografias com identificação e número telefônico de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados, para facilitar o contato com as suas famílias. O projeto ainda será submetido ao plenário.

No parecer sobre a matéria, lido pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o senador Lauro Campos (PT-DF), relator do projeto, diz que a medida é eficiente para a recuperação das crianças e adolescentes desaparecidos, cujo número é alarmante no país. Essas crianças, acrescenta, são "vítimas inocentes de interesses inescrupulosos e de acidentes da vida".

O projeto estabelece que as empresas que publicarem as fotografias dos desaparecidos serão beneficiadas com incentivo fiscal. Além de empresas de transporte coletivo e de comunicação social, poderão ainda



Marluce quer que divulgação ajude no contato com as famílias

ser beneficiadas empresas que fizerem constar na embalagem de seus produtos e invólucros a identificação e fotografia das crianças desaparecidas.

Durante a discussão, o senador Francelino Pereira (PFL-MG), embora reconhecendo o valor da proposta, manifestou preocupação com a criação de incentivos fiscais, tendo em vista o esforço do governo para diminuir o déficit público. Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse que essa suposta perda de receita deve ser examinada pelo próprio Executivo, e recomendou a aprovação da matéria.

Mais verbas para estados com reservas ambientais

Os estados que abrigarem em seus territórios unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas ganharão recursos, a serem criados por meio de reservas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), segundo estabelece projeto de lei do Senado que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta, da senadora Marina Silva (PT-AC), ainda será votada pelo plenário.

O relator, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), disse que o objetivo é criar uma reserva de 2% do FPE para estados que abrigarem parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas federais, florestas nacionais e reservas extrativistas federais, ou ainda terras indígenas demarcadas, para aplicação em projetos de desenvolvimento sustentável.

Em consequência da aplicação desse percentual proposto pelo projeto, explicou o relator, a par-

ticipação dos recursos do FPE para os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste reduz-se dos atuais 85% para 84% e, para os estados da região Sul, esse percentual cai de 15% para 14%. O projeto estabelece que a distribuição dos recursos seja feita mediante um coeficiente individual de participação para os estados, baseado no percentual de sua área ocupada pelas terras indígenas ou reservas ecológicas.

Pelo projeto, caberá ao Tribunal de Contas da União examinar os cálculos necessários para a concessão do benefício. Essas informações deverão ser enviadas ao TCU pelo Executivo, por meio de órgão competente:

– Diversos países vêm adotando incentivos fiscais e financeiros, de forma a estimular os agentes econômicos a adotarem práticas ambientalmente saudáveis e socialmente mais justas – justificou Gilberto Mestrinho.



Projeto da senadora Marina Silva ainda será votado pelo plenário

Alcântara pede ao governo que crie fundo para microempresas

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) fez um apelo ao governo federal para que estude a aplicação do que previa projeto de lei do Senado, autorizando o Poder Executivo a criar o Fundo de Apoio à Microempresa (Fame), administrado pelo BNDES. O projeto, com o término da legislatura, foi arquivado definitivamente.

Alcântara disse que a criação do fundo vai assegurar o acesso das microempresas às linhas de crédito próprias e dentro de sua capacidade de pagamento. Para o senador, o apelo se justifica porque a conjuntura econômica atual, com juros mais baixos, "é notoriamente diversa" da existente à época da apresentação do projeto.

Na opinião do senador, a reapresentação do projeto se justifica, também, pela necessidade de incentivo às pequenas e microempresas, que são responsáveis pela maioria dos empregos gerados na economia brasileira, além de cumprir o artigo 179 da Constituição federal, que determina que a União, os estados e os municípios deem tratamento jurídico diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte.



Lúcio Alcântara

Álvaro quer pressa na lei de responsabilidade fiscal

Senador pede à CCJ e à CAE que façam substitutivo com “o que há de melhor” nos dois projetos em tramitação sobre o tema

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) defendeu, ontem, a rápida aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Para tanto, o senador sugeriu aos relatores nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos que apresentem um substitutivo reunindo o que tem de melhor nos dois projetos que tratam do assunto – um do Executivo, que tramita na Câmara, e outro de sua autoria.

Afirmando que a dívida pública é causa preponderante da crise que o país atravessa, Álvaro Dias ressaltou que seu projeto propõe normas inibidoras da “ação de governantes irresponsáveis”. De acordo com o senador, o resultado da ação desses governantes é uma máquina inchada, a criação de estruturas ociosas e o “péssimo serviço público apresentado”. Ele observou que seu projeto prevê o controle dos gastos públicos, passando pelo ajuste fiscal e a reestruturação do Estado que envolva a racionalização da administração, com cortes nas estruturas su-



Álvaro Dias afirma que o objetivo é inibir a “ação de governantes irresponsáveis”

é infundável”, observou.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) esclareceu que o maior devedor é ainda a União, dizendo que metade da receita da União é para pagar os juros da dívida. Álvaro Dias respondeu que a lei é bem completa e atinge estados, municípios e a União.

Estevão condena decisão das montadoras de aumentar preços

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) manifestou ontem estranheza diante da decisão unilateral das montadoras, tomada recentemente, de aumentar os preços dos veículos. “Não posso conceber a adoção dessa medida, num momento em que o governo está mantendo a redução de impostos e os sindicatos honrando sua promessa de não reivindicar aumentos nem fazer greves, condições que fizeram parte do acordo celebrado em fevereiro passado, com essas empresas.”

Para Estevão, a explicação dada pelas montadoras, de necessidade de recompor suas margens de lucro, não se justifica. “Se é verdade que os 30% de insumos importados ficaram mais caros, em função da desvalorização do real, os 70% restantes da composição de preços ficaram estáveis, gerando lucro adicional nos veículos exportados pelas montadoras”, explicou.

Ele afirmou que o Senado precisa acompanhar a questão. “Num momento em que todos os setores do país estão fazendo sacrifícios – empresas, trabalhadores e o próprio

governo – não podemos aceitar que as montadoras não queiram ser parceiros nas dificuldades. Até porque o pior da crise já passou, os juros estão baixando, a inflação sob controle e o país está prestes a voltar a crescer”, garantiu.

Em aparte, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) manifestou indignação diante das “exigências de sempre”, por parte das montadoras. “É chegada a hora de o governo parar e enfrentar suas ameaças. A Receita Federal anunciou que vai examinar contas dessas empresas. Isso é bom”, afirmou.

Também em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) ressaltou “o lucro enorme” que as montadoras sempre tiveram num país de mão-de-obra barata e mercado interno gigante. “O Brasil passa por um momento difícil, as montadoras não podem manter o ‘escudo sagrado’ de que margem de lucro não pode diminuir”, alertou.



Para Estevão, não é aceitável que montadoras se recusem a ser parceiras das dificuldades

Ronaldo se recupera rápido, diz senador

Luiz Estevão levou ao plenário do Senado boas notícias sobre o estado de saúde do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), hospitalizado no Incor, em São Paulo, em função de um acidente vascular cerebral.

– Ele já deixou a Unidade de Terapia Intensiva, está em plena fase de restabelecimento, fazendo fisioterapia para recuperar a motricidade comprometida. Tudo indica que mais 15 dias de hospitalização serão suficientes. Ele está acompanhando com interesse os acontecimentos – relatou Estevão.

Emilia alerta para aumento do desemprego na alimentação

Ao registrar que será realizado hoje um encontro nacional promovido pelos trabalhadores das indústrias de alimentação, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) alertou o governo e o Congresso sobre a questão do desemprego que atinge a categoria. Ela defendeu uma ampla discussão para buscar soluções para o problema.

Segundo informou a senadora pelo Rio Grande do Sul, levantamentos preliminares indicam que, em algumas regiões brasileiras, nos últimos cinco anos, cerca de 50% dos postos de trabalho na indústria da alimentação desapareceram. Ela citou como algumas das causas as altas taxas de juros, a abertura indiscriminada para produtos es-

trangeiros e a excessiva carga tributária.

Emilia comentou que os impostos (federais, estaduais e municipais) totalizam 43 tributos diretos ou indiretos e chegam a 34%. A senadora acrescentou que a média internacional é de cerca de 8%. Ela disse que alguns países chegam a isentar de impostos a produção de alimentos.

– Estudos técnicos realizados pela Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) demonstram que se o Brasil conseguir reduzir a carga tributária de 75% dos alimentos para a média internacional, seria possível gerar, em uma ou duas safras, 300 mil empregos na agricultura e 30 mil empregos na indústria – afirmou Emilia Fernandes.

Eduardo propõe secretaria para cuidar da irrigação

Ao criticar a política que o governo federal vem desenvolvendo na gestão dos recursos hídricos, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) defendeu ontem a criação da Secretaria Nacional de Irrigação. Ele afirmou que, dessa forma, a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos poderia cuidar exclusivamente do gerenciamento das águas do país, cumprindo sua função de buscar o máximo aproveitamento e um mínimo de perdas.

Para o senador pelo Tocantins, o mau aproveitamento das águas em todo o território nacional deve-se ao fato de que a gestão dos recursos hídricos era feita por um dos seus principais usuários: o extinto Departamento Nacional de Energia – Eletricidade (DNAE). Eduardo Siqueira Campos disse que, como consequência, ocorreu um grande aproveitamento dos rios brasileiros para a produção de energia elétrica, em detrimento de outras atividades econômicas e sociais.

– Mas a criação, há quatro anos, da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, junto ao Ministério do Meio Ambiente, não modificou significativamente a situação, mesmo porque, recentemente, aquele órgão tornou-se também usuário dos recursos hídricos, principalmente na área de irrigação, em prejuízo de suas funções de gestor desses recursos – disse Eduardo Siqueira Campos, justificando sua proposta de criação da Secretaria de Irrigação.

As ações que vêm sendo desenvol-



Eduardo Siqueira Campos defendeu a criação da Secretaria Nacional de Irrigação, que cuidaria exclusivamente do gerenciamento das águas do país

vidas pelo governo do estado do Tocantins para o uso múltiplo e sustentável das águas da bacia do rio Tocantins, que há muitos anos é utilizado na produção de energia elétrica, foram chamadas por Eduardo Siqueira Campos como projetos viáveis e importantes para o país. Além de continuar servindo ao programa energético, explicou o senador, o governo pretende que as águas do rio Tocantins também sejam utilizadas na irrigação, navegação fluvial, turismo e lazer e produção de lãna aquática, entre outros aproveitamentos.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) também lamentou que o aproveitamento das águas no Brasil não seja o ideal. Ele registrou que o país deveria investir mais na implantação de hidrovias nos principais rios nacionais. Citou como exemplo de obra necessária e que já deveria estar concluída a Hidrovia Araguaia/Tocantins.

Freire critica liberalismo de Bornhausen

Para senador do PPS, reforma defendida pelo parlamentar do PFL põe em risco a democracia ao inviabilizar a sobrevivência de partidos já incorporados à história política do país

Ao se referir à entrevista concedida pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) ao *Jornal do Brasil* do último domingo, o senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou ontem que no Brasil há estranhos liberais, "que querem a intervenção do Estado apenas para garantir os interesses das elites e das oligarquias". Para ele, ao defender a reforma político-partidária, o líder liberal não quer aperfeiçoar a democracia.

Na entrevista ao *Jornal do Brasil*, Bornhausen defendeu uma reforma eleitoral com cláusula de barreira, que pode inviabilizar a sobrevivência de partidos como o PPS e o PC do B. Para o senador catarinense, esses partidos têm história mas nunca conseguiram

muitos votos, e votos são o que definem a história de um partido político.

Em plenário, Freire indagou se a Arena, que tinha tantos votos durante o regime militar, pode ser apontada como um partido histórico. Ele observou que o argumento de que a cláusula de barreira inviabiliza as legendas de aluguel é insustentável, visto que, em sua opinião, quem mais vende posição política são os grandes partidos. Também disse que inviabilizar as pequenas agremiações implica em cercear a cidadania.

Para Freire, a reforma política defendida por Bornhausen não se preocupa em aprimorar a democracia nem em eliminar o que distorce a vontade do eleitor. Na



"Se sobrevivemos na ditadura, não vai ser um regime democrático que vai nos extinguir", afirmou Roberto Freire

sua opinião, o que Bornhausen pretende é limitar o direito de cidadania. "Foram esses liberais que quiseram nos extinguir e não conseguiram", observou, para logo em seguida acrescentar: "E se sobrevivemos na ditadura, não vai ser um regime democrático que vai nos extinguir".

O senador disse ter visto na entrevista de Bornhausen um vezo anticomunista:

– São esses os liberais brasileiros. São estranhos liberais que não querem o Estado intervindo na economia, embora gostem muito de socializar os prejuízos da iniciativa privada – afirmou.



Para Carlos Bezerra, FHC está fazendo pelo Centro-Oeste "mais que Getúlio e JK juntos"

Bezerra destaca o papel da Ferronorte

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) ressaltou ontem o papel importante que a Ferronorte desempenhará no desenvolvimento das regiões Norte e Centro-Oeste.

"Essa ferrovia atingirá Alto Taquari (MT), em julho próximo, e Rondonópolis, no ano 2001, criando condições para o escoamento da produção agro-industrial de toda uma região que até hoje não conseguiu se integrar ao resto do Brasil", disse.

Carlos Bezerra lembrou que Getúlio Vargas foi o primeiro presidente a lembrar do Centro-Oeste ao criar a Fundação Brasil Central. "Em seguida, Juscelino Kubistchek fundou Brasília para interiorizar o desenvolvimento do país", acrescentou.

Ao assinar a Medida Provisória n.º 1.740, estendendo a concessão de incentivos fiscais aos megaprojetos, o presidente Fernando Henrique Cardoso está criando condições para a instalação de grandes projetos de ferrovias, hidrovias, saneamento básico, de gás e energia elétrica, afirmou Carlos Bezerra.

E finalizou: "FHC com essa medida está fazendo mais pela região Centro-Oeste do que Getúlio e JK juntos. A Ferronorte já começou a atrair o empresário para estabelecer parcerias. Rondonópolis está caminhando para ser o principal pólo têxtil do país, enquanto empresas nas áreas agro-industrial e agrícola também já começam a chegar à região".

Senador estranha tom acusatório do discurso

Rebatendo às críticas do senador Roberto Freire (PPS-PE) à posição que ele defendeu sobre reforma política, em entrevista publicada no *Jornal do Brasil*, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) disse que não creditaria o parlamentar pernambucano como o melhor professor de democracia. Ele reafirmou que a reforma política, a fidelidade partidária, o fortalecimento dos partidos e o fim das legendas que tomam carona em partidos maiores é necessário.

Jorge Bornhausen referiu-se à "costumeira elegância" da oratória de Freire para estranhar o tom com que o senador socialista o tratou. "Lamento que um velho amigo e companheiro tenha se perdido no encaminhamento de uma posição e tenha procurado na agressão mostrar a sua posição pessoal. Sei que foi fruto de um momento e por isso mesmo vou relevar essa sua ação", disse ele.

O senador catarinense sustentou que partido se constrói com o voto conquistado nas urnas. Quanto aos ensinamentos do senador Roberto Freire, ele disse que prefere encontrar lições de democracia noutros lugares. Também agradeceu ao líder Hugo Napoleão (PFL-PI) pela forma "correta e leal" com que defendeu seus pontos de vista.

Em resposta, Roberto Freire disse que não teve o propósito da agressão pessoal, limitando-se apenas a fazer considerações po-



Segundo Bornhausen, Freire está longe de ser "o melhor professor de democracia"

líticas, por entender que Bornhausen situou os pequenos partidos como se estivessem no limbo ou próximos a serem guilhotinados. Também afirmou que deselegante, para ele, é querer excluir partidos que têm história no país – "história em momentos duros, em que V. Ex.^a esteve sempre do outro lado", acrescentou, referindo-se a Bornhausen.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), interveio então para dizer que Freire tinha a palavra apenas para fazer um esclarecimento, não para fazer acusações. Quando à entrevista de Bornhausen, o presidente do Senado disse que esse é um problema subjetivo, "na medida em que outros acharam que a entrevista foi muito boa".

Napoleão sai em defesa de parlamentares do PFL

O líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PFL-PI), defendeu os senadores Jorge Bornhausen (PFL-SC) e Francelino Pereira (PFL-MG), citados no pronunciamento em que o senador Roberto Freire (PPS-PE) condenou a chamada cláusula de barreira.

A proposta, que consta de um dos projetos de lei da reforma política, estabelece um limite mínimo de votos para que os partidos possam eleger parlamentares em nível federal. Caso seja aprovada, ela pode inviabilizar a existência de pequenos partidos políticos.

Hugo Napoleão disse que Bornhausen apenas exerceu o direito de "expor idéias e teses que julga convenientes para o desenvolvimento dos partidos" e para a melhora da qualidade da representação política no Brasil. "O senador não quer impor nada", afirmou.

Freire também fez menção a uma conhecida declaração de Francelino, feita há mais de 20 anos, de que a Arena era o maior partido do Ocidente. Napoleão disse que não se pode condenar Fran-

celino por uma frase que marcou época e que foi dita em outro contexto. "Frasas ditas e vencidas não devem ser cobradas agora", observou.

Para o líder do PFL, o mais importante quando se levanta teses polêmicas é que o debate democrático prevaleça acima de tudo. A exemplo de Bornhausen, ele também defendeu o liberalismo econômico, citando o projeto "PFL Ano 2000".

Hugo Napoleão ponderou que o seu partido não é favorável à privatização a qualquer preço. O PFL, explicou, reconhece a existência de regiões brasileiras onde a iniciativa privada não tem interesse em investir dentro do programa de privatização. "Temos que andar devagar com a carruagem da privatização", alertou o senador.



Para o líder do PFL, Bornhausen apenas expôs "teses que julga convenientes para o país"

Viana propõe projeto para controlar hepatite B

Com o objetivo de tornar mais rígido o controle da hepatite do tipo B, doença que atinge 19% da população da Amazônia, o senador Tião Viana (PT-AC) apresentou projeto de lei tornando obrigatória a pesquisa da doença durante o tratamento pré-natal e a vacinação dos recém-nascidos de mães portadoras do vírus.

A hepatite é uma doença grave do fígado, causada por vírus e transmitida por sangue – principalmente, transmissão sexual e vertical – e agulhas contaminadas, podendo resultar em cirrose e câncer do fígado.

A proposta de Viana estabelece que os hospitais terão que vacinar as crianças em no máximo 12 horas após o nascimento e administrar simultaneamente a vacina específica contra o vírus

B das hepatites. Isso deve ocorrer, segundo o projeto, sem prejuízo de outras medidas profiláticas e terapêuticas. Segundo Viana, a hepatite é o maior problema de saúde da Amazônia.

Conforme o projeto, a gestante deve receber orientação sobre sua situação de portadora do vírus e sobre a necessidade de os filhos receberem a vacina contra a hepatite B no prazo fixado. Além disso, o médico e o estabelecimento ficam obrigados a fornecer laudo que formalize a orientação aos infectados pela hepatite B. Hoje, a hepatite B pode ser a causa de até 80% dos casos de câncer de fígado em todo o mundo e ocupa o segundo lugar, depois do tabaco, entre os agentes conhecidos causadores de câncer humano.

Viana estipula ainda em seu projeto que o Programa Nacional de Imunizações (PNI) terá, obrigatoriamente, que vacinar contra a doença. Pelo projeto, os órgãos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) também podem determinar nas áreas e estabelecimentos de sua jurisdição o atendimento a todos os recém-nascidos. “É a única maneira de começarmos a controlar a doença, uma vez que ela age silenciosamente”, lembra o senador do Acre.

O senador observou que há hoje no mundo 2 bilhões de pessoas infectadas por hepatites, principalmente na região tropical, no sudoeste asiático e na África. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) revelam que 2 milhões de pessoas morrem anualmente em função da hepatite B. Os casos crônicos somam 350 milhões.

Marina condena uso de aviões da FAB para lazer

Senadora revela perplexidade com o fato de até o procurador-geral da República ter usado aeronave para fazer turismo

Ao comentar notícias de jornais sobre a utilização de jatinhos da FAB para lazer por ministros do governo Fernando Henrique Cardoso e pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse que o que mais assusta é que Brindeiro deveria ser o responsável pela fiscalização de irregularidades administrativas.

A senadora perguntou a quem a população vai recorrer, observando, no entanto, que não procurava com isso

descreditar a instituição do Ministério Público.

Marina Silva lembrou que algumas regiões do país que dependem dos aviões da FAB para transportar alimentos, remédios e pessoas doentes encontram muitas dificuldades para sua utilização. A senadora disse que queria, com seu pronunciamento, fazer uma comparação de um benefício de tão fácil acesso por parte de alguns e, ao mesmo tempo, “caso de vida ou morte para outros”.



Marina Silva lembrou que aviões são vitais para transporte de remédios e alimentos

Heloísa Helena critica processo de privatização

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) citou o livro *O Brasil privatizado*, do jornalista econômico Aloysio Biondi, para opinar sobre o processo de privatização das estatais brasileiras. Ela também criticou o que considerou uma “prática nazifascista” contra os servidores públicos, ao se referir a projeto aprovado ontem que limita os gastos da União com o funcionalismo federal.

– São duas panacéias cantadas em verso e prosa pelo Estado brasileiro, esse monstro deformado a serviço da elite econômica. O servidor público e a privatização sempre foram as desculpas da incompetência e da irresponsabilidade de alguns governantes – protestou.

Referindo-se ao livro, a senadora disse que os dados publicados demonstram que o governo montou uma “grande demagogia” em torno do processo de pri-

vatização. Ela citou como exemplo a venda das empresas telefônicas, dizendo que o governo investiu R\$ 21 bilhões no setor em dois anos e meio e vendeu tudo por “uma entrada” de R\$ 8,8 bilhões, sendo a metade financiada.

Condenou a venda do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) por R\$ 330 milhões, quando o governo do Rio havia contratado antes um empréstimo de R\$ 3,3 bilhões.

No caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a senadora lembrou que a empresa foi comprada por R\$ 1,05 bilhão, dos quais R\$ 1,01 bilhão em moedas podres, vendidas aos compradores pelo próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com financiamento de 12 anos.

– Assim é a privatização brasileira: o governo financia a compra no leilão, vende “moedas podres” a longo prazo e ain-



Para Heloísa Helena, privatização é “desculpa para incompetência”

da financia investimentos que os compradores precisam fazer – frisou.

Outra denúncia feita pela senadora, baseada no livro de Biondi, foi a existência de uma intensa campanha contra as estatais nos meios de comunicação para facilitar as privatizações. Heloísa Helena lembrou que entre os principais argumentos utilizados aparecia sempre a promessa de que os consumidores pagariam preços mais baixos com a desestatização das empresas.

De acordo com a senadora, era tudo “enganação”, já que antes das privatizações o governo já havia começado a aumentar o preço das tarifas, para evitar que no futuro os compradores não tivessem que enfrentar o risco de protestos e a indignação dos consumidores.

Em aparte, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse que, apesar de o governo ter privatizado empresas e archoado os salários dos servidores em nome da modernidade, o Brasil enfrenta a maior crise da história e tem uma dívida externa impagável.

Já o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que o Brasil, para atender às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), aceitou tomar medidas que só têm contribuído para piorar a qualidade de vida da população.

Gilvam termina caminhada em favor do ecoturismo

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) chegou ontem a Poconé (MT), depois de percorrer a pé um trecho de 150 quilômetros da rodovia Transpantaneira, desde Porto Jofre, na divisa dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O senador, que no início do ano caminhou 600 quilômetros entre os municípios de Oiapoque e Macapá, a capital do seu estado, percorreu o Pantanal a pé com o objetivo de chamar a atenção para o potencial turístico da região.

Na chegada em Poconé, Gilvam Borges foi recebido pelo prefeito da cidade e pela imprensa. O senador destacou o potencial turístico e a diversidade da fauna e da flora do Pantanal, afirmando que a indústria do turismo ainda é subaproveitada, mas pode se tornar a principal atividade econômica da região. Ele fez um apelo aos governos estaduais e federal para que invistam em obras de infra-estrutura, a fim de atrair turistas para a região.

Gilvam Borges viajou ao Pantanal a convite do senador Lúdio Coelho



Com a caminhada, Gilvam quis chamar atenção para potencial turístico de Mato Grosso do Sul

(PSDB-MS) e, segundo moradores da região, ele foi a primeira pessoa a fazer a pé o percurso da rodovia Transpantaneira.

Bezerra quer redefinir destino de embalagens

Projeto de lei apresentado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) estabelece normas para a destinação final de garrafas e outras embalagens plásticas. Os produtores, distribuidores, importadores e comerciantes de bebidas, alimentos, óleos combustíveis, lubrificantes, cosméticos e produtos de higiene e limpeza passam a ser, segundo a proposta, solidariamente responsáveis por providenciar um fim ambientalmente adequado às respectivas embalagens plásticas.

O projeto define como destinação final ambientalmente adequada a utilização das embalagens plásticas em processos de reciclagem, para fabricação de novos recipientes ou para outro uso econômico e a reutilização das garrafas, respeitadas as restrições determinadas pelos órgãos

federais da área de saúde. Os fornecedores manterão procedimentos para a reutilização e recompra das embalagens após o uso de produto pelos consumidores.

Para garantir que essa determinação seja cumprida, o projeto prevê que a obtenção ou renovação de licenciamento ambiental a que estejam obrigados os fornecedores será condicionada à comprovação da existência de centros de recompra de plásticos, próprios ou terceirizados.

Outra exigência da proposta é que no mínimo 10% dos recursos financeiros destinados para publicidade dos produtos que utilizem embalagens plásticas sejam utilizados na divulgação de mensagens educativas. Os temas devem versar sobre o combate ao lançamento de lixo plástico em mares, rios, lagos e no meio ambiente em geral, informação sobre formas de reaproveitamento de vasilhames e estímulo à coleta de embalagens plásticas.

Carlos Bezerra argumenta que em 1997 foram produzidas no país 121 mil toneladas de plástico, das quais 15% recicladas. Ele comparou esses números com os dos Estados Unidos, que tiveram taxa de reciclagem de 40% das 760 mil toneladas fabricadas. O senador disse que, enquanto o mercado mundial para reaproveitamento de plásticos se expande, no Brasil esse tipo de material ainda é fator significativo de poluição ambiental e de agravamento de problemas urbanos críticos, como as enchentes. Segundo ele, o impacto ambiental do lixo plástico decorre de fatores como sua lenta degradação na natureza e o volume acumulado em locais inadequados.



Carlos Bezerra